

RESUMOS

**As Empresas Cai e Qiu:
Mercadores de Cantão
(1730-1784)**

A parceria entre as famílias Cai e Qiu foi uma das bases do comércio em Cantão durante meio século: no entanto, pouco se sabe sobre ela. Estudos anteriores sobre os mercadores *hong* não fizeram sobressair a importância da referida parceria devido à enorme falta de conhecimento e confusão sobre os membros da família Cai, com a agravante de ninguém ter conseguido identificar os mercadores da família Qiu. Como resultado, uma parte importante do comércio tem estado praticamente ausente do discurso histórico. No entanto, novos dados contidos em documentos recentemente descobertos permitem-nos agora reestruturar as actividades da parceria Cai-Qiu, demonstrando o papel de equilíbrio que desempenhou para garantir que a família Pan não dominasse o comércio. As alianças formadas pelos parceiros Cai e Qiu com as famílias Yan e Chen, em 1758, originou uma contra-aliança formada pelos mercadores Pan juntamente com outras casas pequenas e levou à fundação do Co-hong em 1760. A concorrência entre estes dois consórcios em meados do século XVIII manteve competitivos os preços dos produtos, o que fomentava o crescimento. No final, as famílias Cai-Qiu e os seus parceiros foram atormentados por pesadas dívidas, uma concorrência crescente e por uma gestão defeituosa, o que conduziu inevitavelmente à extinção da parceria. Assim, esta história ajuda-nos a preencher uma importante lacuna no nosso conhecimento sobre o comércio e revela a complexidade da sua evolução.
[Autor: Paul A. Van Dyke, pp. 60-101]

**A Decadência do Estado
Português da Índia e a Situação
de Macau nos Arbítrios
de Duarte Gomes Solis
e Jorge Pinto de Azevedo**

Na primeira metade do século XVII, o Estado Português da Índia vive momentos de intensa perturbação que

contribuem para promover um sentimento generalizado de decadência. Problemas de ordem estrutural na organização do império associados, entre outras coisas, a constrangimentos de ordem económico-social, a políticas deficientes do ponto de vista militar e naval e à chegada aos mares da Ásia de concorrentes europeus de peso, como os holandeses ou os ingleses, conduzem a um processo de decomposição do poder marítimo português no Oriente, com consequências desastrosas ao nível comercial e territorial. Ao mesmo tempo, esta conjuntura não pode ser dissociada da situação política de Portugal, submetido, desde 1581, ao poder dos reis de Espanha por via de uma União Dinástica.

É neste contexto atribulado que surgem, à semelhança do que acontece no país vizinho, os escritos dos chamados arbitristas, indivíduos das mais diversas origens sociais e profissionais, que, preocupados com a situação do país, avançam com propostas de resolução para os problemas que diagnosticam (os arbitrios ou alvitres).

Apesar dos defeitos contidos em alguns destes textos (como a excessiva ligeireza com que tratam de assuntos de Estado ou a defesa de interesses pessoais ou sectoriais), a verdade é que parte deles revelam-se como documentos de grande qualidade e utilidade, passíveis de serem analisados e trabalhados pelos governos. Duarte Gomes Solis e Jorge Pinto de Azevedo são dois desses arbitristas. Ambos desenvolveram uma intensa actividade nos mares da Ásia, quer ao serviço do Estado quer na prossecução de negócios particulares. A experiência adquirida permitiu-lhes produzir textos de assinalável qualidade, pela lucidez dos seus diagnósticos e das suas propostas, onde podemos encontrar dados importantes sobre a situação do Estado Português da Índia em geral e de Macau em particular.

A sua análise constitui o objectivo deste artigo.

[Autor: Eduardo Frutuoso, pp. 102-122]

**A Tentativa Holandesa
de Conquistar Macau (1622)
à Luz da Conjuntura
Internacional na Ásia Oriental
nas Primeiras Décadas
do Século XVII**

O ataque holandês a Macau em 1622 representa um ponto de viragem no equilíbrio internacional nos mares da Ásia Oriental no século XVII. Apesar do êxito alcançado na defesa da sua base em Macau, a chegada da VOC ao Extremo Oriente significa o inevitável declínio da supremacia portuguesa e, em termos mais gerais, a gradual derrota da aliança ibérica que sucessivamente vai perdendo o controle das suas posições-chave nas rotas marítimas orientais. A estratégia vitoriosa da VOC foi resultado de múltiplos factores, directamente relacionados com as circunstâncias históricas então vividas tanto pela China como pelo Japão. Ao analisar aquela tentativa holandesa de conquistar Macau, o presente artigo toma em consideração todo o panorama internacional do Extremo Oriente nas primeiras décadas do século XVII de modo a clarificar o contexto histórico que permitiu um novo equilíbrio de poderes nos mares orientais.

Na primeira parte é analisada a política marítima japonesa relativamente à China, destacando o papel de intermediação desempenhado pelos chineses ultramarinos no arquipélago. Na verdade, naqueles anos as actividades marítimas chinesas e japonesas como que conheceram uma "centralização", espontânea, no caso do mercantilismo chinês, imposta pelas autoridades Tokugawa no caso japonês. As posições adoptadas pelo Japão no que se refere às relações internacionais no Extremo Oriente são essenciais à compreensão do complexo contexto marítimo oriental. O autor analisa a agressiva política da expansão holandesa e os conflitos luso-holandeses, prelúdio do ataque a Macau em 1622. A este propósito, debruça-se sobre a política dos portugueses relativamente à China na mira da protecção Ming: durante a transição

RESUMOS

Ming-Qing, os portugueses colocaram-se ao lado dos Ming, enviando soldados e canhões contra os manchus. No entanto, a queda da dinastia Ming, a adopção pelo Japão chamada política *sakoku*, o aumento do poder marítimo Zheng, em conjunto com a forte oposição – militar, económica e política – da bem estruturada VOC, conduziram ao definitivo declínio de Portugal e Espanha, confinados nas suas bases, respectivamente Macau e Manila. Por fim, dá-nos o autor uma visão da nova conjuntura internacional que emergiu em meados do século XVII. [Autor: Patrizia Carioti, pp. 123-137]

A Navegação Portuguesa e o Comércio Asiático na Visão de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho

O presente artigo analisa as referências à China e a Macau no códice “Relação do commercio em os diferente portos da Azia” – “Breve e util ideia de commercio, navegação e conquista d’Ásia e d’África” e faz um levantamento biográfico de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, seu autor em 1779. Analisa os instrumentos e sistemas de apoio ao comércio utilizados em Macau e na China. Passam sob os nossos olhos uma descrição minuciosa das rotas e escalas mais importantes da navegação portuguesa no Índico, com uma extensão geográfica prodigiosa, da costa Oriental de África, com Moçambique como centro estratégico, a Macau que se destaca, pela sua importância, no Extremo Oriente. As cidades costeiras e portos mercantis onde os Portugueses têm interesses económicos são identificadas e apresentadas segundo o contexto de uma determinada rota. Assim, é caracterizado o seu complexo sistema financeiro, com indicação precisa do valor das respectivas moedas em circulação, a sua correspondência com outras unidades monetárias, locais ou estrangeiras (vizinhas ou distantes), o seu câmbio, bem como o apelo à utilização de letras de câmbio. Também são descritas com minúcia as contrapartidas financeiras ou

rentabilidade do capital investido num determinado território e seu ressarcimento em Lisboa no final da viagem. A complexa rede mercantil é igualmente descrita com indicação precisa do tipo de mercadorias a carregar em Lisboa para trocar na costa africana e indiana por outras locais que, por sua vez, serão trocadas por outras na Ásia de Sudeste para finalmente serem vendidas na China. Regressando pela mesma rota da ida, de forma a que grande parte das mercadorias da China são absorvidas pelos mercados asiáticos das escalas portuguesas. A intenção explícita do códice – contribuir para que os mercadores e autoridades portuguesas fizessem um comércio o mais lucrativo possível – explica a sua característica de elevado pragmatismo ao explicitar pormenorizadamente as técnicas para o reconhecimento de cada um dos principais produtos a comprar, de forma a seleccionar só os de melhor qualidade e a excluir liminarmente os falsificados. Por outro lado, são apresentados os diferentes sistemas de pesos e medidas e suas correspondências nos principais mercados asiáticos, em especial na China. Finaliza com a visão geo-estratégica e mercantil de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e as suas propostas – constituição de uma companhia, sediada em Lisboa, para o comércio com o Oriente, onde a China é apresentada como o terceiro pólo galvanizador – para resolver a fragilidade e limitações do sistema mercantil português no Oriente, enquadrado no sistema económico-mercantil asiático de meados do século XVIII. [Autor: Rui D’Ávila Lourido, pp. 138-179]

Sobre o Comércio de Portugal na China, 1513-1520

Os portugueses realizaram quatro expedições à China, entre 1515 e 1521, com consideráveis ganhos, mas com as batalhas de Tunmen, em 1521, e de Xicaowan, em 1522, os portugueses foram expulsos do território chinês. Terminou, desta forma, a primeira fase das relações luso-chinesas. Esta fase tem sido objecto de muita investigação,

tanto por estudiosos chineses como por estrangeiros. No entanto, essas pesquisas normalmente têm-se centrado no embaixador Tomé Pires e na descoberta da exacta localização de Tamão; não parece ter havido uma pesquisa sistemática sobre os relações comerciais portuguesas na China durante este período, sobretudo no que se refere à avaliação da sua natureza, o que merece um estudo mais detalhado. Dado que a informação sobre este tema nas fontes portuguesas não é mais detalhada do que a que está disponível nos documentos chineses, a presente pesquisa foi conduzida principalmente entre fontes portuguesas e confirmada junto de fontes chinesas. [Autor: Zhang Tingmao, pp. 180-188]